

7

Artigo

Educação superior a distância e a participação feminina: caso da UFPBvirtual

Edwin Giebelen¹

Edna G. de Góes Brennand²

Joelma Fabiane Ferreira Almeida³

RESUMO

Este artigo apresenta uma perspectiva histórico-conceitual da educação a distância (EaD) no Brasil e do campo dos Estudos Culturais (EC) e situa tal modalidade educacional no contexto dessa escola de pensamento. Para tanto, concepções sobre globalização e cibercultura são discutidas, visando contemplar as características inerentes à EaD que a situam como categoria de estudo dos EC. Buscamos refletir sobre a participação feminina no ensino superior, tendo como interface de experiência os Cursos na modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba Virtual (UFPBVirtual) e analisamos como base a participação feminina nos Cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências Naturais, Letras, Libras, Ciências Biológicas e Ciências

Agrárias, do ano letivo 2010. Este artigo resulta do acompanhamento dos relatórios gerenciais disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle do período citado acima. Identificamos que a EaD se renova e vem proporcionar significativas evoluções na democratização do ensino e no modelo de Universidade, passando a ampliar as possibilidades de acesso ao Ensino Superior. Além do mais, evidenciamos que a cultura de inclusão digital através de EaD pode ser considerada uma forma de romper com as barreiras de acesso à tecnologia, propiciando assim, via educação, uma mobilidade social colaborativa em rede com vistas a melhores condições de vida.

Palavras-chave: ensino superior; educação a distância; relações de gênero.

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – edwingiebelen@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – ednabrenna2@uol.com

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – elma.faby.ane@gmail.com

ABSTRACT

This article presents a historical and conceptual perspective both of Distance Education in Brazil and of Cultural Studies, relating the latter to distance learning practices. Conceptions of globalization and cyberspace are discussed, aiming to contemplate the inherent characteristics of distance learning, including it as a category of Cultural Studies. We reflect on women's insertion in higher education, within Distance Education Programs offered at Federal University of Paraíba (UFPBVirtual). Our analysis was based on their participation in the courses: Pedagogy, Mathematics, Natural Science, Literature, Sign Language, Biology Sciences, and Agricultural Sciences, during the 2010 school year. This paper is originated from management reports, available at a Moodle Virtual Learning Environment, during the above mentioned period. Results are consonant with Distance Education being renewed, providing significant democratization of Education, and contributing to evolve higher school traditional models, moving to expand the opportunities for access to higher education. Moreover, the authors highlight that the culture of digital inclusion through Distance Education can be considered as a way to overcome the barriers of access to technology, thereby providing a web of social collaborative mobility aiming for better life conditions.

Keywords: higher education; distance education; gender relations.

RESUMEN

Este artículo presenta una perspectiva histórica-conceptual de la educación a distancia (EaD) en Brasil y del campo de los Estudios Culturales (EC) y sitúa tal modalidad educativa en el contexto de esta escuela del pensamiento. Para ello, se discuten concepciones sobre globalización y cibercultura, buscando contemplar las características inherentes a la EaD, ubicándola como categoría de estudio de los EC. Buscamos reflexionar sobre la participación femenina en la educación superior, teniendo como interface de experiencia los Cursos en la modalidad a distancia de la Universidad Federal de Paraíba Virtual (UFPBVirtual) y analizamos como base la participación femenina en los Cursos de Pedagogía, Matemática, Ciencias Naturales, Letras, Libras, Ciencias Biológicas y Ciencias Agrarias, del año lectivo 2010. Este artículo resulta del acompañamiento de los informes gerenciales disponibles en el Entorno Virtual del Aprendizaje (AVA, siglas en Portugués) *Moodle* del período mencionado previamente. Identificamos que la EaD se renueva y viene a proporcionar significativas evoluciones en la democratización de la educación y en el modelo de Universidad, pasando a ampliar las posibilidades de acceso a la Educación Superior. Asimismo, evidenciamos que la cultura de inclusión digital a través de la EaD puede ser considerada una forma de romper con las barreras de acceso a la tecnología, propiciando así, vía educación, una movilidad social colaborativa en red con vistas a mejores condiciones de vida.

Palabras-clave: educación superior; educación a distancia; relaciones de género.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1950, iniciou-se um período de mudanças na concepção do termo “cultura” que fez nascer um novo campo de estudos pautado, os Estudos Culturais. Um pouco mais adiante, ao longo da década de 1970, começaram a ganhar destaque termos como: “direito à comunicação”, “diversidade cultural”, “políticas culturais” e “diálogo das culturas” (Mattelart, 2006). Nessa mesma época, uma nova modalidade de ensino se destacou por incorporar tecnologias de áudio e vídeo aos processos de ensino e aprendizagem: a Educação a Distância (EaD), a qual vem se aprimorando cada vez mais a partir da década de 1990, com o surgimento da Internet.

A EaD, hoje, pode ser caracterizada como ponto de intersecção do binômio educação-tecnologia, pois o que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos. Além disso, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos e, uma vez que usuários e criadores podem tornar-se iguais, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da Internet (CASTELLS, 2008).

Nesse contexto de Educação Superior, na modalidade a distância, aborda-se a democratização do acesso ao Ensino Superior e a superação das desigualdades de gênero, um dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e faz-se necessário observar que as desigualdades de gênero manifestam-se

das diversas formas e modalidades de ensino e que a desconstrução de mitos precisa ser tratada não apenas no âmbito do acesso ao Ensino Superior, como também nas relações estabelecidas entre os/as profissionais e os/a alunos/as.

Para os/as formadores/as de políticas públicas vale conhecer e socializar esses problemas, visando à promoção de uma educação não sexista, que integra o conjunto de princípios que orientam a formulação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2006). No contexto de acesso ao Ensino Superior por mulheres no Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2006), a EaD vem trazer um grande impacto sobre a democratização do Ensino Superior e sobre o modelo de Universidade, pois amplia as possibilidades de acesso ao Ensino Superior, como também não permite que o ensino, a pesquisa e a extensão se ordenem com a burocracia da departamentalização. Essa modalidade exige rapidez de decisões e flexibilidade nas ações, no que se refere ao tempo e ao espaço de aprendizagem. Desta maneira, torna-se um modelo de gestão que convida a todos os segmentos da Universidade a construir seus caminhos.

Dentro dessa perspectiva, este artigo tem como objetivo principal a análise do espaço crescente que a participação feminina vem adquirindo no Ensino Superior, começando com um breve histórico sobre os Estudos Culturais, o acesso ao Ensino Superior, a EaD no contexto de Ensino Superior e os cursos mais procurados. Como objetivo específico, busca entender como a EaD possa ajudar na democratização do Ensino Superior, tendo como interface os/as alunos/as nos cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências Naturais,

Letras, Libras, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias na modalidade a distância, da UFPBVirtual. Na tentativa de refletir sobre a participação feminina na Educação Superior, tomamos como interface de experiência alguns Cursos na modalidade a distância da Universidade Federal da Paraíba Virtual (UFPBVirtual) e analisamos como base a participação feminina nos Cursos de Pedagogia, Matemática, Ciências Naturais, Letras, Libras, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias, do ano letivo 2010. Os achados deste artigo são resultados do acompanhamento dos relatórios gerenciais disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle ⁴ do período citado acima.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Abordagem histórico-conceitual dos Estudos Culturais

A constituição do campo teórico dos Estudos Culturais (EC) teve origem numa série de rupturas significativas acerca do termo *cultura*, em que correntes tradicionais de pensamento foram rompidas para dar início a um cenário de questionamentos renovados. Uma determinante histórica de grande participação na origem e desenvolvimento dos EC teria sido a preocupação da Inglaterra com as questões coloniais do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o Império Britânico viu diminuir significativamente a extensão territorial do seu poder, fato esse que gerou uma reviravolta no imaginário social do país. A questão é que alguns dos intelectuais que contribuíram para o redirecionamento das

questões culturais que passaram a ser foco das discussões na Inglaterra foram formados na tradição britânica, só que fora da própria Inglaterra.

Dessa forma, surgiu uma geração de intelectuais que trouxeram à tona novos questionamentos, posicionamentos, concepções e críticas bastante coerentes. Tal paradigma, conhecido na época por *Cultural Studies*, apresentava a cultura em seu sentido mais amplo, passando da estreita reflexão acerca do binômio cultura-nação para considerações intelectuais sobre a cultura dos grupos sociais (MATTELART E NEVEU, 2004).

Para melhor entender a definição de EC, é importante ressaltar que a revolução operada por esta escola de pensamento concentrou-se num território perpetuado por visões preconceituosas, de onde se destaca o conceito bastante complexo, o de cultura, porque este conceito é portador de um variado leque de significações, como tratamos a seguir.

Arendt (1979) compreende a cultura como o modo de relacionamento do homem com as coisas do mundo. De modo similar, porém um pouco mais aprofundado, Fiske (1997) refere-se à cultura como a circulação destes modos de relacionamentos sociais e dos significados, valores e prazeres que deles resultam. À luz de tais concepções, pode-se dizer que a cultura resulta dos modos de interação entre o indivíduo e os objetos culturais, levando em consideração que tais relacionamentos não são totalmente determinados por relações sociais, mas estarão sempre ligados a elas. Sobre isso Mattelart e Neveu (2004)

⁴ *Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment* (Ambiente de Aprendizagem dinâmico orientado por objetos modulares).

afirmam que vislumbrar o sentido mais amplo da cultura de um grupo à luz dos EC significa primeiramente compreender que esta funciona como “contestação da ordem social” ou, no outro extremo, como “modo de adesão às relações de poder”.

Ao longo do século XX, chama atenção uma espécie de revolução cultural, na qual os domínios do que costumamos designar como cultura se expandiram de uma forma jamais imaginada pelas sociedades elitizadas. A cultura não podia mais ser concebida como mera acumulação de saberes ou processo estético, intelectual ou espiritual. Mattelart (2006) destaca que se passou a considerar a multiplicidade de formas como cada grupo ou sociedade expressa sua relação com o mundo, expandindo o conceito singular “cultura” para o plural “culturas”.

À luz desses fatos, as culturas precisam ser estudadas e compreendidas considerando-se a enorme diversificação de tudo que está associado a elas, e o papel significativo que assumem em todos os aspectos da vida social. Esta é a essência que necessariamente configura o padrão das pesquisas fundamentadas nas concepções dos estudos culturais.

Como principais categorias de pesquisa, esta escola de pensamento traz à tona temas como gênero/sexualidade, discurso/textualidade, política de identidade; raça e etnia, inclusão, diversidade, multiculturalismo, representações sociais, relações de poder, culturas, sociedade da informação e do conhecimento, pedagogia institucional, cibercultura, globalização, meio ambiente e natureza, deficiência/necessidades especiais, mídias e uma série de outros temas que compõem o cenário de questionamentos renovados dos EC.

Mediante o extenso e diversificado leque de temas tratados pelos EC e as inúmeras possibilidades de relação da Educação com estes pensamentos, é necessário estabelecer um recorte do que se pretende abordar que esteja relacionado ao propósito geral do presente artigo. O enfoque privilegiado aborda as relações de gênero dentro do contexto da EaD como categoria de análise pertencente ao amplo espectro compreendido pelos EC. Neste contexto, apresentamos a seguir temas como o acesso ao Ensino Superior pelas mulheres no Brasil, a EaD na perspectiva de democratização do Ensino Superior, a participação feminina em alguns Cursos da UFPBVirtual e os principais achados do estudo aqui realizado.

A busca pela Educação Superior pelas mulheres no Brasil

A divisão entre os sexos, segundo Bourdieu (2004), parece estar na ordem das coisas, como se diz para falar do que é normal e natural, e afirma que a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação e a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça. Fortalecendo esta afirmação, este autor aponta para a divisão social do trabalho, como também para a distribuição estrita das atividades atribuídas a cada um dos sexos e para a estrutura do espaço. Nesta perspectiva, o autor em pauta opõe o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.

Visando escapar desta condição na marginalidade, ocupada pela mulher, o autor supracitado sugere reconstruir a evolução do trabalho histórico de deshistoricização, ou seja,

a história da (re) criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina, que se realiza permanentemente, desde que existem homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se vê continuamente reproduzida através dos tempos (BOURDIEU, 2004, p. 100).

Nas palavras deste autor, a história das mulheres tem de dar lugar à história dos agentes e das instituições que concorrem permanentemente para garantir e permanência masculina no poder institucionalizado pela Igreja, Estado, Escola etc. e cujo peso relativo e funções podem ser diferentes, nas diferentes épocas. A escola, entre outras instituições mencionadas por Bourdieu (2004), continua transmitindo os pressupostos da representação patriarcal, com as estruturas hierárquicas todas sexualmente conotadas e a cultura acadêmica nunca deixou de encaminhar modos de pensar e modelos arcaicos.

A desigualdade, no entanto, não está no acesso à escola, mas naquilo a que se tem acesso e, alinhado com essa perspectiva, Hass (2007) afirma que não é o simples acesso das mulheres a determinados meios que vai garantir igualdade de homens e mulheres nos mesmos, pois apesar do aumento no acesso ao ensino superior das mulheres, costuma caber a elas funções que remetam, mesmo que de forma remota, à definição tradicional de atividades femininas. No entanto, a educação é um dos princípios mais decisivos da mudança nas relações entre homens e mulheres, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz. A condição feminina passou por transformações profundas, tais como o aumento do acesso ao ensino secundário e superior e, conseqüentemente,

a independência econômica e a transformação das estruturas familiares (BOURDIEU, 2004).

A educação superior é uma instituição social, na visão de Colossi, Consentino e Queiroz (2001) e cujo papel fundamental é formar a elite intelectual e científica da sociedade a que serve. Assim, sua importância está na autonomia, emancipação e mobilidade social dos/as aluno/as envolvidos/as. A Educação Superior é estruturalmente assentada em normas e valores emanados do grupo ou sociedade em que se insere e uma instituição social é, fundamentalmente, um ideal, uma doutrina.

A Educação Superior organiza-se, dessa forma, como instituição social, estável e duradoura, concebida a partir de normas e valores da sociedade, um ideal que se destina, enquanto integrador de um sistema, à qualificação profissional e promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural. Além disso, trata-se de um exemplo de instituição que faz parte desse sistema, cabendo-lhe o compromisso de gerar o saber, o qual está relacionado com a verdade, justiça, igualdade e com o belo (COLOSSI, CONSENTINO, QUEIROZ, 2001).

No intuito de apresentar o panorama de acesso ao Ensino Superior no Brasil, o Censo da Educação Superior coleta dados sobre a educação superior brasileira com o objetivo de oferecer informações detalhadas sobre a situação atual e as grandes tendências do setor. O Censo da Educação Superior de 2011 (2001-2010) registrou a participação de 2.377 Instituições de Ensino Superior (IES) no país, das quais 278 Instituições de Ensino Superior (IES) eram públicas e 2.099, privadas (Tabela 1).

Tabela 1: Estatísticas básicas de Graduação (presencial e a distância) e Pós-Graduação por categoria administrativa – Brasil – 2010

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Graduação						
Instituições	2.377	278	99	108	71	2.099
Cursos	29.507	9.245	5.326	3.286	633	20.262
Matrículas de Graduação	6.379.299	1.643.298	938.656	601.112	103.530	4.736.001
Ingressos (todas as formas)	2.182.229	475.884	302.359	141.413	32.112	1.706.345
Concluintes	973.839	190.597	99.945	72.530	18.122	783.242
Funções Docentes em Exercício ¹	345.335	130.789	78.608	45.069	7.112	214.546
Pós - Graduação						
Matrículas de Pós-Graduação	173.408	144.911	95.113	48.950	848	28.497
Graduação e Pós-Graduação						
Matrículas Total ²	6.552.707	1.788.209	1.033.769	650.062	104.378	4.764.498
Razão Matrículas Total ² /Funções Docentes em Exercício	18,97	13,67	13,15	14,42	14,68	22,21

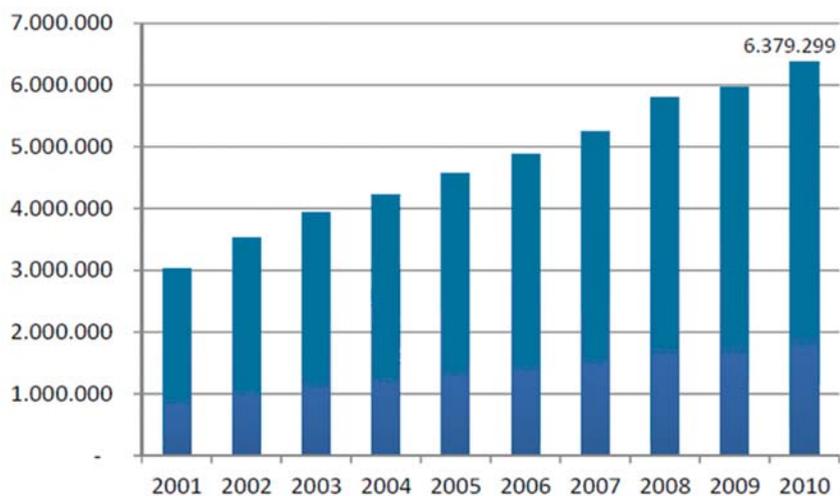
Nota¹: Corresponde ao número de vínculos de docentes a instituições que oferecem cursos de graduação. A atuação docente não se restringe, necessariamente, aos cursos de graduação.

Fonte: MEC/Inep, 2011

Com relação ao Ensino de Graduação, presencial e a distância, que engloba a formação de bacharéis, licenciados e tecnólogos, o Censo de 2011 inventariou o funcionamento de 29.507 cursos em todo o Brasil. Conforme os números, as IES privadas são responsáveis por uma oferta maior no número de cursos em 2010, apresentando um total de 20.262 cursos. No entanto, as Instituições Públicas de Ensino Superior representaram 9.245 cursos, em torno de 31,3%.

Ao observar a evolução do número de Matrículas em Cursos de Graduação (presencial e a distância), o Gráfico 1 apresenta um aumento de 112,6% no período de 2001-2010, totalizando 6.379.299 matrículas.

Gráfico 1: Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) em Cursos de Graduação - Brasil - 2002-2010

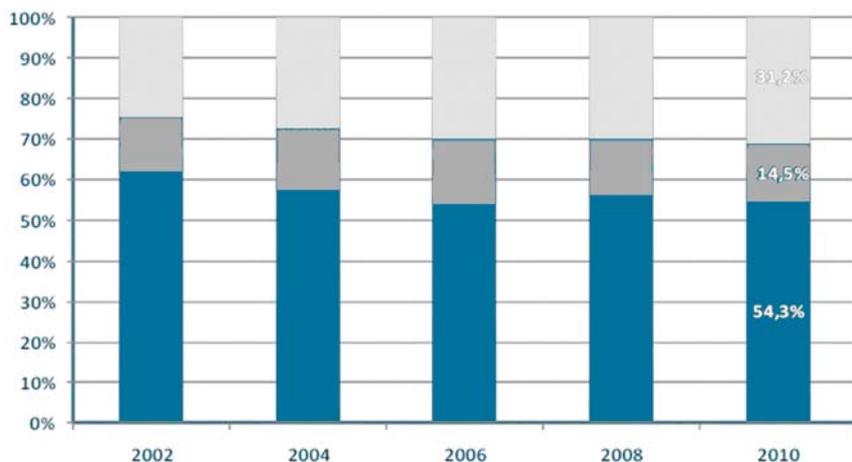


Fonte: MEC/Inep, 2011

Ao analisar estas 6.379.299 matrículas em Cursos de Graduação por organização acadêmica, observa-se que as Universidades continuam sendo responsáveis pela oferta da maior parte dos cursos, mais especificamente

54,3% da oferta, de acordo com o referido Censo, apesar do fato de que o maior percentual de aumento no número de cursos aconteceu nas Faculdades, representando 31,2% do total das matrículas oferecidas (Gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução da participação percentual do Número de Matrículas (presencial e a distância) por organização acadêmica - Brasil - 2002-2010



Fonte: MEC/Inep, 2011

Com intenção de compreender a participação da mulher na Educação Superior, a publicação “A Mulher na Educação Superior Brasileira, 1991-2005”, (Ristoff et al, 2007) apresenta informações sobre as relações de gênero neste sistema de ensino. Analisa aspectos tais como a relação dos/as candidatos/as nos cursos de graduação, ingressos, matrículas, concluintes e o corpo docente segundo a titulação.

A organização dos dados permite que se verifique onde, como e quando a Educação Superior vem crescendo nos últimos anos e como se comporta a participação das mulheres neste panorama, garantindo a leitura com recorte de gênero, fundamental para a formulação de políticas públicas. De acordo com essa publicação, a participação das mulheres na Educação Superior apresenta taxas superiores às dos homens, tanto entre os/as inscritos/as nos exames vestibulares, quanto entre os/as candidatos/as que têm acesso à Educação Superior Brasileira.

O relatório apresentado por Ristoff et al (2007) aponta para o fato de que, apesar da taxa de participação das mulheres ter diminuído 1,4 pontos percentuais entre 1998 e 2005, as mulheres continuam na maioria, representando 55,5%, enquanto 44,5% dos inscritos são do sexo masculino.

Em relação à taxa de concluintes dos cursos superiores, esta mesma publicação também apresenta uma crescente elevação entre as mulheres, que passa de 59,9%, em 1991, para 62,2% em 2005, enquanto os concluintes masculinos sofrem uma redução de 40,1% para 37,8%.

Do ponto de vista das relações de gênero, no entanto, é importante acompanhar o mercado de trabalho para os/as professores/as da Educação Superior, porque as áreas específicas de produção do conhecimento guardam estreita relação com a divisão sexual do trabalho (RISTOFF et al, 2007). Em decorrência disto, foram se constituindo as clássicas divisões entre o que se convencionou chamar de áreas mais “femininas”, concentradas nas ciências humanas e em vários cursos da área da saúde, e aquelas, ditas “masculinas”, mais presentes nas ciências exatas e nas carreiras tecnológicas. (RISTOFF et al, 2007).

De acordo com Tabela 2, as mulheres representam a maioria, com 54,9% das matrículas. Elas são também maioria em quatro dos dez maiores cursos. Apenas em dois desses cursos (Engenharia e Ciência da Computação) as mulheres têm baixa representação, com apenas 20,3% e 18,8% das matrículas, respectivamente. Os homens, por outro lado têm pequena participação em Pedagogia (8,7%), Letras (20%) e em Enfermagem (17,1%).

Tabela 2: Relação dos 10 maiores cursos por número de matrícula e sexo - Brasil 2005.

Curso	Matrículas	Feminino	% Fem.	Masculino	% MasC.
Administração	671.660	330.150	49,2	341.510	50,8
Direito	565.705	276.912	48,9	288.793	51,1
Pedagogia	372.159	339.937	91,3	32.222	8,7
Engenharia	266.163	53.946	20,3	212.217	79,7
Comunicação Social	197.068	111.630	56,6	85.438	43,4
Letras	196.818	157.513	80	39.305	20,0
Ciências Contábeis	171.022	86.653	50,7	84.369	49,3
Educação Física	159.484	68.704	43,1	90.780	56,9
Enfermagem	153.359	127.065	82,9	26.294	17,1
Ciência da Computação	110.927	20.853	18,8	90.074	81,2
TOTAL	2.864.365	1.573.363		1.291.002	
MÉDIA			54,9		45,1

Fonte: Adaptação MEC/INEP/Deaes

Os dados sobre a Educação Superior Brasileira não confirmam que as mulheres estão numa condição de marginalizadas, no que se refere à divisão social do trabalho, conforme menciona Bourdieu (2004). Embora nos 10 maiores cursos por número de matrícula e sexo representados na Tabela 2 exista uma diferença entre a participação feminina e masculina, apenas em dois cursos podemos encontrar uma diferença significativa, sendo nos Cursos de Engenharia e de Ciência da Computação, com diferença respectiva de 59,4% e 62,4% entre a participação masculina e feminina.

A Educação a distância no contexto de Educação Superior Brasileira

Conforme mencionado na introdução deste artigo, a EaD vem trazer um grande impacto sobre a democratização da Educação Superior e sobre o modelo de Universidade, pois amplia as possibilidades de acesso à Educação Superior. A EaD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos, não obstante a existência de alguns momentos de estagnação provocados por ausência de políticas públicas

para o setor. Excelentes programas foram criados e, graças à existência deles, fortes contribuições foram dadas ao setor para que se democratizasse a educação de qualidade, atendendo principalmente, cidadãos/ãs fora das regiões mais favorecidas (MOREIRA, 2009).

De acordo com os dados do Censo do Ensino Superior (Brasil, 2008), 115 Instituições de Ensino Superior (IES) ofereceram, em 2008, cursos de graduação a distância. São 18 IES a mais em relação às registradas no ano de 2007 e o número de cursos de graduação a distância aumentou de maneira significativa nos últimos anos.

Comparado ao ano de 2007, foram criados 239 novos cursos a distância, representando um aumento de 58,6% neste período. O número de vagas oferecidas em 2008 registrou um aumento de 10,3%, ou seja, uma oferta de 158.419 vagas a mais. O crescimento no número de vagas da EaD deu prosseguimento a um aumento que se observa desde 2003, pois, nesse período, registrou-se uma variação de mais de 70 vezes o número de vagas ofertadas.

Com relação ao ano de 2007, o total de ingressantes apresentou um aumento de 42,2% em 2008, conforme Tabela 3. O total de matrículas apresentou um crescimento alto nos últimos anos e, em 2008, chegou ao número de 727.961 matrículas, quase dobrando o número de matrículas em relação ao ano anterior. Esse número de matrículas em cursos a

distância representa 14,3% do total das matrículas dos cursos de graduação, incluindo os presenciais. No ano de 2007, esse percentual esteve em torno dos 7%. A quantidade de concluintes em educação a distância também apresentou um forte aumento de 135% em relação ao ano de 2007.

Tabela 3: Evolução do Número de Ingressos, Matrículas e Concluintes na Educação a Distância – Brasil – 2002/2008

Ano	Ingressos	%Δ	Matrículas	%Δ	Concluintes	%Δ
2002	20.685	–	40.714	–	1.712	–
2003	14.233	-31,2	49.911	22,6	4.005	133,9
2004	25.006	75,7	59.611	19,4	6.746	68,4
2005	127.014	407,9	114.642	92,3	12.626	87,2
2006	212.246	67,1	207.206	80,7	25.804	104,4
2007	302.525	42,5	369.766	78,5	29.812	15,5
2008	430.259	42,2	727.961	96,9	70.068	135,0

Fonte: MEC/INEP/DEED

No contexto histórico da EaD, o sucesso da criação da Open University, da Inglaterra, no início dos anos 1970, repercutiu em todo o mundo e neste período surgiu no Brasil a iniciativa de ser instituída a Universidade Aberta, por meio do projeto de lei nº 1.878. No entanto, várias tentativas para aprovação do projeto falharam e posteriormente se fez uma nova tentativa, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A UAB foi instituída por decreto nº 5.800, de 08 de Junho de 2006 e é voltada para o desenvolvimento da modalidade de EaD, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de Educação Superior. Trata-se de um consórcio entre instituições federais, estaduais e municipais de ensino e tem os seguintes objetivos principais:

- oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;
- oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;
- ampliar o acesso à educação superior pública;
- reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;
- estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

- fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

O Sistema UAB cumpre suas finalidades e objetivos socio educacionais em regime de colaboração da União com entes federativos, mediante a oferta de cursos e programas de Educação Superior a distância por instituições públicas de ensino superior, em articulação com polos de apoio presencial. Estes polos de apoio presencial são caracterizados como unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior. O Ministério da Educação (MEC), ainda de acordo com o Decreto 5.800, firmou convênios com as instituições públicas de ensino superior, para o oferecimento de cursos e programas de Educação Superior a distância no Sistema UAB, como também firmou acordos de cooperação técnica ou convênios com os entes federativos interessados em manter polos de apoio presencial do Sistema UAB.

A articulação entre os cursos e programas de Educação Superior a distância e os polos de apoio presencial é realizada mediante edital publicado pelo MEC, que dispõe sobre os requisitos, as condições de participação e os critérios de seleção para o Sistema UAB. No mais, as despesas do Sistema UAB correm por conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(FNDE), devendo o Poder Executivo compatibilizar a seleção de cursos e programas de Educação Superior com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira e o MEC coordenará a implantação, o acompanhamento, a supervisão e a avaliação dos cursos do Sistema UAB.

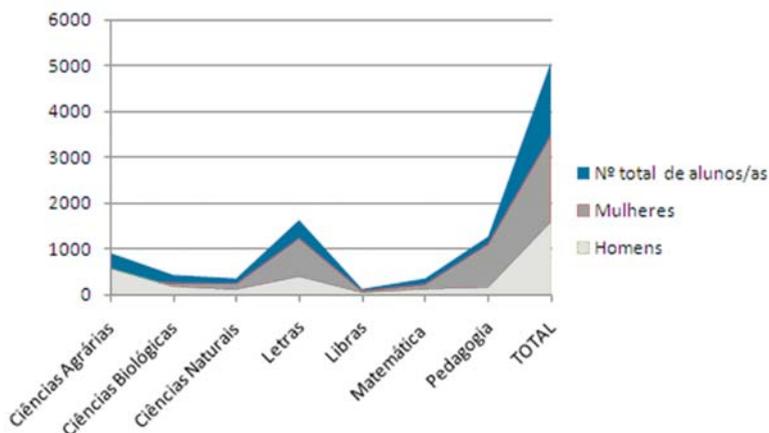
A UFPB Virtual integra o Sistema UAB com a oferta de sete cursos de Licenciatura na modalidade a distância, sendo eles Matemática, Letras, Libras, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Ciências Naturais. Além desses cursos de Licenciatura, também oferece dois Cursos de Especialização, sendo eles a Especialização em Gestão Pública Municipal e a Especialização e Aperfeiçoamento SECAC/MEC/UFPB. Este total de nove cursos é desenvolvido com base na Internet através do ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle e utiliza também materiais impressos, CDs, DVDs, Bibliotecas Virtuais e assistência personalizada aos/às alunos/as nos Polos de Apoio presencial.

Os Polos Municipais de Apoio Presencial da UFPBVirtual consistem numa estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-pedagógicas e administrativas do curso e são o local onde o/a aluno/a terá acesso local à biblioteca, ao laboratório de informática e aos/às tutores/as. Nesses polos, o/a aluno/a pode assistir às aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, o polo é o “braço operacional” da instituição de Educação Superior na cidade do/a aluno/a ou mais próxima dele/dela.

Atualmente, a UFPB Virtual mantém polos de apoio presencial nos municípios Paraibanos de Alagoa Grande, Araruna, Cabaceiras, Campina Grande, Conde, Coremas, Cuité de Mamanguape, Duas Estradas, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Livramento, Lucena, Mari, Pitimbu, Pombal, São Bento, Taperoá. No Estado da Bahia, a UFPBVirtual mantém polos de apoio presencial nos Municípios de Camaçari, Esplanada, Itapicuru, Jacaraci, Mundo Novo, Paratinga. No Estado de Pernambuco, há polos de apoio presencial nos municípios de Ipojuca e Limoeiro e no Estado do Ceará no município de Ubajara.

O foco da ação da UFPBVirtual é a formação (graduação) de professores/as leigo/as atuantes nas escolas públicas e o atendimento da enorme massa de jovens e adultos que não têm acesso à Educação Superior pública. Para cada um desses segmentos, são destinadas 50% das vagas ofertadas a cada ano no vestibular. A UFPBVirtual atua na Educação Superior, possibilitando educação de qualidade na modalidade a distância, junto aos 28 Polos Municipais, nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Bahia, com cursos autorizados pelo MEC e desenvolvidos com o padrão de qualidade UFPB.

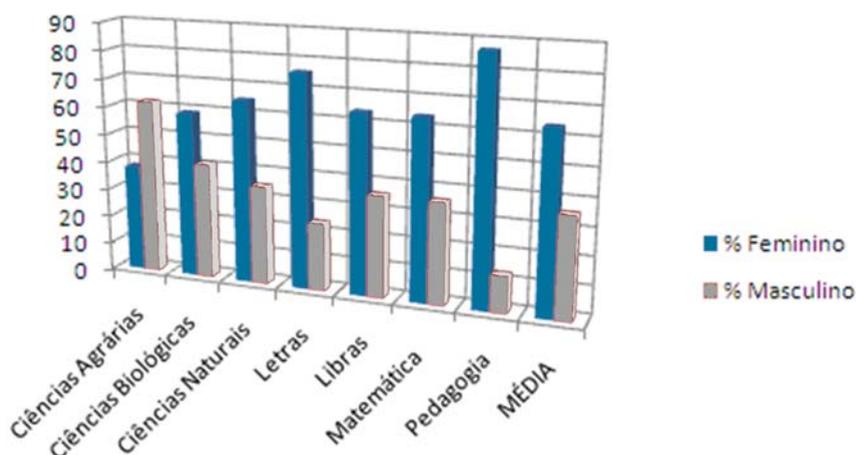
No que diz respeito à participação masculina e feminina entre alunos dos Cursos de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Letras, Libras, Matemática e Pedagogia da UFPB Virtual, Gráfico 1 mostra que, dos/as 5090 alunos/as matriculados/as, 3502 são do sexo feminino e 1588 do sexo masculino. Olhando mais detalhadamente para a participação feminina por curso, podemos observar que o Curso de Letras lidera o ranking da participação feminina com 1238 alunas. Em seguida, seguem os Cursos de Pedagogia com 1111 alunas, Ciências Agrárias com 344 alunas, Ciências Biológicas com 258 alunas, Ciências Naturais com 240 alunas, Matemática com 230 alunas e Libras com 81 alunas. Vale destacar aqui que foi apenas neste último Curso que encontramos a maior participação masculina entre os alunos. Identificamos também que o número de alunas matriculadas nos Cursos de Letras e Pedagogia corrobora com os dados encontrados na Tabela 2, onde estes mesmos cursos se encontram entre os mais procurados pela população feminina.

Gráfico 3: Participação feminina entre os alunos nos Cursos da UFPBVirtual

Fonte: adaptação Relatório Gerencial Moodle

O Gráfico 3 mostra a comparação, por percentual, entre a participação masculina e feminina dos alunos nos sete cursos analisados da UFPBVirtual. Neste gráfico, podemos identificar que, da população total de estudantes desses cursos, 64% se refere à participação feminina e 36% à participação masculina, respectivamente. Aqui, o Curso de Pedagogia lidera em participação feminina com 87%, seguida pelos Cursos de Letras

com 76%, Ciências Naturais com 65%, Libras e Matemática com 64%, Ciências Biológicas com 59% e Ciências Agrárias com 38%, sendo este último o único Curso com maior participação relativa de estudantes do sexo masculino. Novamente, os dados aqui analisados confirmam os achados encontrados na Tabela 2, e apontam para os Cursos de Pedagogia e Letras com maior participação absoluta e relativa de estudantes mulheres.

Gráfico 4: Participação feminina, por percentual, entre alunos dos Cursos da UFPBVirtual

Fonte: elaboração própria

CONCLUSÃO

A partir dos estudos aqui realizados, podemos inferir que houve um crescimento significativo na quantidade de vagas oferecidas nas instituições de Educação Superior, apesar da diminuição no número de IES. A participação de estudantes do sexo feminino na Educação Superior continua crescendo em número de matrículas, com tendência a dominar algumas áreas de Educação Superior brasileira, apesar de um leve crescimento da participação masculina nos últimos anos. Assim, as mulheres estão buscando também uma melhor qualificação e colocação profissional.

No contexto de acesso à Educação Superior, esses achados confirmam o que está fundado nas teorias sobre as desigualdades nas relações de gênero, quando, segundo Bourdieu (2004), foram se constituindo as clássicas divisões entre o que se convencionou chamar de áreas mais “femininas”, concentradas nas ciências humanas e em vários cursos da área da saúde, e aquelas, ditas “masculinas” mais presentes nas ciências exatas e nas carreiras tecnológicas, apesar do fato de que as mulheres apresentam maior participação na Educação Superior, na modalidade a distância.

Evidenciou-se aqui que a democratização do ensino superior foi beneficiada pela EaD, pois novas instituições de Educação Superior foram criadas ou foram autorizadas a oferecerem cursos na modalidade a distância. Além disso, houve um crescimento na quantidade de cursos oferecidos, como também no número de vagas e concluintes dos cursos.

Finalizando, concluímos que os cursos de Pedagogia e Letras, na modalidade a distância, da UFPB Virtual, apresentaram uma semelhança com estes mesmos cursos na modalidade presencial, em relação à divisão sexual dos/as alunos/as, com maior participação feminina absoluta e relativa.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 4ª Ed. rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRASIL, Decreto no. 5.800 de 08/06/2006.
- BRASIL, 2006. *Plano Nacional de Políticas para Mulheres*, disponível em http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf Acesso em 28/05/2011.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- COLOSSI N; CONSENTINO A; QUEIROZ E, *Mudanças no ensino superior no Brasil*: Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.1, p.49-58, jan./abr. 2001. Disponível em http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/mudancas_no_contexto_do_ensino.pdf. Acesso em 28/05/2011.
- HASS, R. *Questão de gênero no Ensino Superior*. Cadernos da Escola de negócios, 5. Curitiba: 2007. p 1-16.
- MATTELART, A. *Mundialização, cultura e diversidade*: Rev. FAMECOS, Porto Alegre, nº 31, p. 12-19, dez. 2006. Disponível em <http://200.144.189.42/ojs/index.php/famecos/article/view/1126/843>. Acesso em: 19/03/2013.

MATTELART, A. e NEVEU, É. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MOREIRA ALVES J. *A história da EAD no Brasil*. In: *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p 9-13.

RISTOFF D. et AL. *A mulher na educação superior brasileira: 1991-2005 Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*, 2007.